

DEMOCRACIA VIVA

42

## ARTIGO

Evandro Vieira Ouriques\*

Coordenador do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NETCCON.ECO.UFRJ), consultor organizacional, coordenador do curso Jornalismo de Políticas Públicas Sociais (NETCCON.ECO.UFRJ e ANDI – <http://territoriojpps.ning.com>), é criador da metodologia Gestão da Mente Sustentável, o Quarto Bottom Line, pós-doutor em Estudos Culturais pelo PACC.FCC.UFRJ e diretor de Comunicação e Cultura do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP (<http://evouriques.wordpress.com> e [evouriques@terra.com.br](mailto:evouriques@terra.com.br)).

# Território Mental, o nó górdio da democracia

**“As entidades do candomblé, para permanecerem ativas, devem ser cultuadas e, para isso, têm de comer.**

**Disso depende o axé, a força que as mantêm vivas. Caso não seja nutrido, ele declina, desfalece.**

**Os fiéis são, portanto, obrigados a “dar de comer à cabeça” (o que nos rituais de iniciação é obedecido ao pé da letra).**

**A inquietação intelectual tem algo de semelhante, ela exige que se “alimente a cabeça”, cultive-se uma atitude de insatisfação em relação ao peso do senso comum acadêmico”.**

**1** ORTIZ, Renato. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 319-328  
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a14n20.pdf>

*Renato Ortiz* <sup>1</sup>

É muito mais frequente e comum do que gostaríamos o fato que indivíduos, grupos, redes, movimentos e organizações apresentem atitudes antidemocráticas na maneira como conversam internamente, articulam suas ações intersetoriais e procuram mobilizar os segmentos sociais com os quais trabalham em favor da cidadania, da democracia, das políticas públicas sociais, das intervenções em comunidades e da responsabilidade socioambiental.

Quando verificamos ao longo da História, e do presente, a extensão dos prejuízos causados por essas atitudes mentais para os movimentos de transformação social, podemos afirmar que se trata de uma alarmante *pandemia no território mental*, que pode ser superada apenas pela re-ligação dos saberes sobre a sociedade com aqueles sobre a economia psíquica dos indivíduos.

A desconexão entre essas dimensões é que faz tão frequente, na ação pela transformação social, o oposto dela: a traição, o cinismo, a vaidade, a violência, o autoritarismo, o roubo de projetos, a concentração de poder, a manipulação de assembleias e reuniões, o nepotismo, o fluxo hierarquizado e cristalizado de informações, a não escuta, a mentira deslavada, a distorção do que é dito, a supressão de informações decisivas, a competição antiética por patrocínios, a perseguição e menosprezo dos “derrotados” em geral etc., etc., etc., como se faz, nacionalmente, com o futebol, como se este ato de violência, que vai até a supressão física do outro, não estivesse mimetizando, em uma pedagogia social, o *regime de servidão*, no qual um sujeito transfere sua potência para o outro.

Ao propor *território mental* como conceito político, o faço, como Deleuze tão bem recomendava, para ajudar a resolver o problema que é o entrave sistêmico que encontramos naqueles que se empenham em tornar viva a democracia, como se ela pudesse surgir apenas na dimensão que se denomina social, sem que se entenda e se exercite que a democracia apenas vigora, de fato, na capacidade que tenhamos de construir *atitudes mentais democráticas*<sup>2</sup> nas e a partir das inter-relações.

Para isto, é necessária uma mudança de rumo, pois é no *território mental* que se dão concretamente as relações de poder

psicossocialmente construídas, nas quais ou o indivíduo<sup>3</sup>, rede, movimento e organização, apropria-se, pela *desobediência civil mental*<sup>4</sup>, do poder, tornando-se assim, cada um deles, portador de voz própria, ou é então dominado pelo discurso que o atravessa – o que é muito fácil hoje, quando os valores mediatizados tendem a embeber a todos como se fossem esponjas –, tornando-se, assim, repetidor de mais do mesmo nos *territórios*, esta categoria hoje central na análise das questões sociais e que só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais.

É por isto que André Mattelart<sup>5</sup> vem insistindo que a liberdade política não pode mais ser apenas o exercício da vontade, mas passa – necessariamente – pelo domínio do processo de formação da vontade, de maneira a que, como tenho sustentado<sup>6</sup>, o desejo hoje mediatizado no *reconhecimento pelo capital*, vale dizer no *reconhecimento pelo outro*, seja, ao contrário, e a um só tempo, liberdade e vinculação socioambiental.<sup>7</sup>

Isto só é possível por meio da observação do fluxo dos estados mentais (pensamentos, afetos, sentimentos, emoções, perceptos etc.), que ocorrem no *território mental*, para o que é decisiva a *arqueologia dos conceitos*, ainda com Mattelart, pois apenas assim é possível fazer surgir os significados e os usos político-sociais sedimentados em cada termo, lembro eu, como é o objetivo também da história conceitual e do enfoque colingwoodiano da Escola de Cambridge.<sup>8</sup>

Conforme sintetiza Jardim, “o conceito (...) aparece como fenômeno da linguagem com consequências para “fora da linguagem”, porque conforma a própria vida histórica, enquanto elemento fundamental da disputa política. A afirmação de um conteúdo – de um conceito – é a vitória de um determinado projeto, de uma determinada maneira de ver as coisas”.<sup>9</sup>

Como comprova o biólogo cognitivo Maturana, “as palavras são nodos de redes de coordenação de ações, não representantes abstratos de uma realidade independente de nosso quefazer. [...] As palavras que usamos não revelam apenas nosso pensar, mas projetam o curso do nosso quefazer.

**2** Ver a oficina Construção de Atitudes Mentais Democráticas: o nó górdio do direito à comunicação, que propus e conduzi no Congresso da Intercom Sudeste, que ocorreu na Escola de Comunicação da UFRJ, em 7 e 8 de maio de 2009. <<http://evouriques.wordpress.com/2009/04/25/conduzirei-oficina-no-intercom-sudeste-sobre-construcao-de-atitudes-mentais-democraticas-o-no-gordio-do-direito-a-comunicacao/>>.

**3** Refiro-me ao indivíduo como o que permanece no sujeito igual apenas a ele mesmo, como mostra Charles Melman, portanto o que está nele, para além da dissolução das identidades defendida pela pós-modernidade, esta que provavelmente já terminou, de acordo com Terry Eagleton, e com o que estou de pleno acordo. A identidade é aquele território mental em relação ao qual que, como mostram Maturana e Varela em A Árvore do conhecimento, “na rede de interações linguísticas na qual nos movemos, mantemos uma contínua recursão descritiva – que chamamos de “eu”–, [e] que nos permite conservar nossa coerência operacional linguística e nossa adaptação ao domínio da linguagem.” (p. 254)

**4** OURIQUES, Evandro Vieira. Desobediência Civil Mental e Mídia: a ação política quando o mundo é construção mental. Anais do 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. Goiânia, Goiás. 2007. ISSN: 1981-5859

**5** MATTELART, Armand. História das Teorias da Comunicação. Edições Loyola, São Paulo, 2003. p.187

**6** Por exemplo, por meio de minhas disciplinas Construção de Estados Mentais Não-violentos na Mídia, que criei em 2005/2 e Construção de Utopias, que criei em 2006/1, na ECO.UFRJ.

**7** OURIQUES, Evandro Vieira. Comunicação, Educação e Cidadania: quando Diversidade e Vinculação Social são apenas Um. in Saúde e Educação para a Cidadania. Revista da Decania do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ. Ano 1, no. 02, Março de 2006. UFRJ. Rio de Janeiro. pp. 33-36 [www.ccsdecademia.ufrj.br/extensao/edicao02.pdf](http://www.ccsdecademia.ufrj.br/extensao/edicao02.pdf)

**8** FERES JÚNIOR, João & JASMIN, Marcelo (orgs.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.

**9** [http://www.puc-rio.br/editorapucRio/autores/autores\\_entrevistas\\_jasmin.html](http://www.puc-rio.br/editorapucRio/autores/autores_entrevistas_jasmin.html)

[...] Os seres humanos, somos o que conver-  
samos: esse é o modo como a cultura e a  
história se encarnam em nosso presente".<sup>10</sup>

Ou seja, apenas pelo enfrentamento  
das relações de poder que se dão na tensão  
conceitual (uma vez que somos *cultura* e,  
portanto, *linguagem*), no *território mental*, é  
que os sujeitos podem tornar-se editores de  
suas falas no mundo, uma vez que treinem  
suas mentes para a ação política e deixem  
de ser movidos por impulsos reativos e im-  
pulsivos, e portanto a-críticos, e, assim, dei-  
xem de ser atravessamentos de discursos.  
Não é à toa que o maior valor patrimonial  
das corporações nestes tempos de cultura da  
produção e de culturalização da economia  
são suas marcas, pois elas são conceitos do  
que a vida seja ou do que se é com elas  
nos territórios.

Qual é, portanto, a responsabilidade  
democrática que temos sobre nossos esta-  
dos mentais? Os discursos que identificamos  
como nossos são nossos mesmo? O quanto a  
Diferença que sustentamos é democrática?  
As metodologias que empregamos para to-  
mar decisões, para escutar nossos públicos,  
são democráticas mesmo ou vazamentos dos  
valores com que fomos impregnados pelas  
Velhas Mídias, pela Velha Teoria, pela Velha  
Gestão e assim repetimos erros do passado?

Nenhuma outra atividade humana  
precisa tanto do discurso quanto a ação, uma  
vez que, como diz Hannah Arendt, "o dis-  
curso corresponde ao fato da distinção e é  
a efetivação da condição humana da plura-  
lidade, isso é, do viver como ser distinto e  
singular entre iguais"<sup>11</sup>, já que, de volta a  
Maturana, a origem da linguagem como um  
domínio de coordenações consensuais de  
conduta exige um espaço de reencontro na  
aceitação mútua suficientemente intensa e  
recorrente, espaço este que só é possível,  
digo eu, quando os comportamentos ditos  
privados passam a ser focados, aceitos, aco-  
lhidos, tratados e superados de maneira  
corajosa e transparente nas parcerias, asso-  
ciações, redes, movimentos e organizações.

Ora, quando como observadores  
entendemos as palavras como designadoras  
de objetos ou situações no mundo, o que  
de fato estamos fazendo é falar de um aco-  
plamento estrutural que não reflete o fun-  
cionamento do sistema nervoso, uma vez  
que o sistema nervoso não funciona com

representações de mundo e, portanto, não  
há legitimidade no hábito de naturalizar a  
violência, a política como luta, a vida como  
guerra, como algo transcendental sobre o  
qual não teríamos controle algum, pois as  
palavras com as quais designamos e cons-  
truímos tais estados mentais, e os conse-  
quentes atos físicos por eles criados, são de  
responsabilidade exclusiva da cultura, e  
não da natureza.

Dito de outra forma, construímos na  
Grécia o que chamamos de cultura, que se  
tornou, ao final de cerca de dois mil anos,  
insustentável social e ambientalmente, argu-  
mentando que esta cultura, e a filosofia  
dela, é a ruptura do *continuum* do processo  
natural. O que fazemos é de nossa exclusiva  
responsabilidade, o fizemos e fazemos em  
nome da *liberdade* e, ao invés de assumir-  
mos a responsabilidade, construindo a demo-  
cracia em nosso *território mental*, responsa-  
bilizamos uma suposta natureza humana por  
isto, retiramos os estados mentais das agen-  
das "para não nos ferirmos", e acabamos,  
claro, nos ferindo ainda mais pelo desen-  
contro, retrabalho, desconfiança, desânimo,  
e pelo péssimo exemplo de pseudotransfor-  
madores que damos às próximas gerações  
que muitos acusam de serem despolitizadas.

É assim que de maneira dominante  
a teoria social, a teoria política, a teoria  
da comunicação, a teoria da cultura, a filo-  
sofia da linguagem, a teoria psicanalítica  
etc., insistem em dizer que a violência, a  
vontade de dominação/opressão, o regime  
de servidão psicossocial, são tendências  
naturais do ser humano e que seria ingenui-  
dade construir qualquer pensamento que  
diga o contrário.

Aí está a questão. As múltiplas resis-  
tências, agentes e agências de resistência ao  
mal-estar da civilização precisam instalar-se  
no *território mental*, pois é lá que se dá ou  
não a *autonomia*, esta questão central do  
pensamento de Castoriadis<sup>12</sup> e central, por  
exemplo, quando se quer *comunicação com-  
partilhada*, empoderamento das periferias,  
ouvir a voz das comunidades. Como lembra  
Marilena Chauí, se está, ou se pensa "perdida  
a autonomia, o que resta senão o silêncio?".<sup>13</sup>

É por isto que tenho insistido na  
recuperação do primado da autonomia e da  
criatividade, a base esquecida de consti-  
tuição do Ocidente, em sua reação ao

<sup>10</sup> MATURANA, Humberto. Emociones y Lenguaje en Educacion y Política. Dolmen Ediciones, Santiago de Chile. 1997. pp 105-6

<sup>11</sup> ARENDT, Hannah. A condição humana. Forense, Rio de Janeiro. 2005. p. 191

<sup>12</sup> CASTORIADIS, Cornelius. Figures du pensable. Éditions du Seuil, Paris. 1999; e L'institution imaginaire de la société. Seuil. Paris, 1975.

<sup>13</sup> <http://www.ciranda.net/spip/article1784.html>

Mito, aquele ponto central em relação ao qual só nos restaria adequarmo-nos. Insisto neste ponto, uma vez que permanece na pós-modernidade e hoje no que a sucede, um impressionante fundo metafísico nas forças que trabalham pelo avanço da consolidação democrática.

Explico. Acredita-se:

1. que a dominação é feita de forma exclusiva por “eles”, que seriam um *fora absoluto*, e portanto metafísico – o capitalismo, a classe dominante, o neoliberalismo, a corporação, os pais, os jovens, a periferia, a classe média, os traficantes, o outro time, o outro gênero, a outra raça, o consumo, a mídia, as drogas, e assim por diante, entendidos todos e quaisquer outros como a sede por definição do *mal absoluto*, suposta *exterioridade absoluta* que garantiria a desnecessidade de tratar-se de maneira responsável as relações de poder que se dão no *território mental*, uma vez que se supõe que seríamos necessariamente os “puros”, já que o *mal* aqui não residiria;
2. e que a via de transformação está igualmente fora, ou no produtivismo da ação não-crítica, da ação pela ação, em atitude totalmente sincrônica a do consumismo que criticamos; ou na tecnologia, no caso das forças que se querem democráticas, especificamente a cultura digital, a mídia livre, a convergência tecnológica e comunicação compartilhada.

Isto é muito grave. Uma pergunta: como uma espécie (1) constrói-se como *cultura* rompendo radicalmente com o que chama de *natureza*; (2) colhe cerca de dois mil anos depois como resultado a insustentabilidade socioambiental; (3) nega-se a responsabilizar-se pelo controle dos estados violentos de dominação e opressão que ocorrem em seu *território mental* e dele se alastram pelos *territórios*, inclusive em sua face de *territórios descontínuos*, como os das grandes cidades; (4) eterniza na teoria social e no senso comum a afirmação de que as ações humanas são movidas apenas pelo interesse e pelo poder auto-referenciados (“a vida é uma luta”); deixa sem respaldo teórico as

ações movidas pela *generosidade* (não aquela a que Zuenir Ventura referiu-se como “paternalista e distante”<sup>14</sup>, claro, pois isto não é *generosidade*, porém mais opressão) mas como a que permite o *envolvimento*<sup>15</sup>; (5) atribui estas atitudes a uma suposta natureza humana; (6) e nega, ao mesmo tempo, em nome da garantia da liberdade, a existência desta mesma natureza humana quando se trata de encontrar princípios de igualdade que possam orientar a ação coletiva, de sermos *iguais na diferença*?

Para avançar mais, é prudente focarmos o ponto cego do processo. Por exemplo, na recente e importante iniciativa do MinC de selecionar 78 Pontos de Mídia Livre no país, o critério utilizado para se ter certeza de que a mídia selecionada é “livre” e de que assim se está cumprindo “a missão de democratizar a comunicação social feita no Brasil” para que “iniciativas que estão fora das grandes corporações midiáticas tenham voz e expressem o anseio de suas comunidades” é o de considerar como “iniciativas de comunicação compartilhada e participativa aquelas que reúnem pelo menos dois membros em sua equipe editorial e que buscam interatividade com o público”.<sup>16</sup>

Nada é falado quanto aos valores que circulam nos *territórios mentais* destas iniciativas (por exemplo a antidemocrática e usual conexão conceitual entre *liberdade*, *progresso*, *desenvolvimento* e *civilização*), nem nas metodologias que elas utilizam para garantir que estão de fato escutando e expressando os anseios de suas comunidades, nem a respeito do *território mental* destas comunidades que se supõe espontaneamente democrático malgrado saibamos da concentração de mídia e da qualidade da educação no Brasil. Parte-se do pressuposto de que basta não ser corporativo, portanto o lugar do *mal*, que se é socialmente democrata.

Quando fiz parte do grupo que organizou o Fórum de Mídia Livre-Rio, em 2008, argumentei que tínhamos nele duas tendências: a da *verba livre*, que entende que a distribuição das verbas publicitárias estatais também para mídias de novo “livres”, garantiria mais democracia; e a do *verbo livre*, que entende que a cultura digital garantiria o mesmo. Argumentei que faltava a força da *mente livre*. Consegui realizar lá a oficina *Mente Livre, Mídia Livre*, que teve o maior

<sup>14</sup> VIVAFAVELA. Viva Favela. Prefácio de Zuenir Ventura. Viva Rio. 2009. <http://portalliterat.terra.com.br/artigos/viva-favela-por-zuenir-ventura>

<sup>15</sup> OURIQUES, Evandro Vieira. Comunicação, palavra e políticas públicas: a importância do conceito envolvimento para a construção da cidadania sustentável. Revista Z. Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC.FCC.UFRJ. Junho de 2009. Ano V no.2

<sup>16</sup> Todas as citações deste parágrafo são do edital em [http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/01/edital\\_pontos\\_de\\_midia\\_livr\\_-\\_publicado.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/01/edital_pontos_de_midia_livr_-_publicado.pdf)



ruptura coletiva com o subdesenvolvimento nacional e a exploração das classes para o empenho no acesso individual ao desenvolvimento globalizado.<sup>25</sup>

Com a eclosão das novas tecnologias da informação, da cultura digital, das possibilidades da comunicação compartilhada<sup>26</sup> e das culturas das periferias, no quadro da ação política rizomática, improvisada, anônima e enxameada defendida por Deleuze, Guattari, Rolnik, Negri e outros, o *intelectual* configura-se hoje como *mediático*, condição na qual está dissolvido o monopólio discursivo da *intelligentsia*, já foi dito, num pluralismo mediático: em certo sentido, desdobra-se no *intelectual operador*<sup>27</sup> recentemente proposto por Marcus Vinicius Faustini<sup>28</sup>, ou seja, aquele que em vez de produzir grandes discursos de síntese de ação, *dispara* ações.

Dessa forma, os sentidos do conceito dados por exemplo por Gramsci de *intelectual orgânico* (e de suas vinculações com a *ironia apaixonada*, como prefere Renato Ortiz<sup>29</sup>) e por Sartre de *intelectual engajado*, têm estado abalados e/ou retraídos em prol de seu entendimento, em certos meios consensual, como *função intelectual* presente em toda a sociedade, como defendido, por exemplo, por Félix Guattari, e isto é muito importante, mesmo que a tecnologia vista como poderosa via de democratização tenha deixado sincronicamente de ser suporte do capital para tornar-se meio direto da acumulação capitalista, na qual a investigação é em grande parte substituída por modos de conhecimento determinados economicamente de maneira fragmentada em meio à compressão espaço-temporal identificada por David Harvey<sup>30</sup>, ao que soma-se a substituição do intelectual pelo especialista supostamente competente a quem está confiada a missão de dizer o que se deve pensar sentir, fazer e esperar.

É importante pois superarmos a dicotomia entre *pensar* e *fazer*, trabalho intelectual e trabalho braçal, que tanto marca ainda nosso país, e portanto faz todo o sentido o surgimento da potência operativa de transformação do conceito *território mental*, pois ele incorpora, ao dissolvê-las, duas dicotomias da dominação: a do pensar e do fazer, e a do social e do psíquico, pois para que os intelectuais desempenhem o seu

papel na promoção e na sustentação da vida no planeta, como quer Antonio Negri, revolução que para ele só se faz hoje com inteligência e amor (estes outros nomes para mim da *generosidade, do espírito público*), precisamos rever profundamente nosso *território mental* para que não voltemos a pensar que a revolução é possível de ser feita sem conexão com a totalidade dos humanos. Ou, como ele prefere, com a *multidão*, que, claro, também pensa e faz e, digo eu, com uma nova e operativa teoria, sustentada claro por um discurso síntese de ação compromissado não com a torre de marfim, mas com o saneamento dos esgotos mentais, estejam eles onde estiverem.

Quando proponho o conceito *território mental*, da forma que o faço, concordo com Terry Eagleton, que “com o deslanchar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a guerra ao terror, pode muito bem ser que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja agora [ele afirmou isto em 2003] se aproximando de um fim. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma das pequenas narrativas que ele próprio tanto apreciava. Isso, no entanto, propõe à teoria cultural um novo desafio. Se for para se engajar numa ambiciosa história global, tem que ter recursos próprios adequados, tão profundos e abrangentes quanto a situação que defronta. Não se pode dar o luxo de continuar recontando as mesmas narrativas de classe, raça e gênero, por mais indispensáveis que sejam esses temas. Precisa testar sua força, romper com uma ortodoxia bastante opressiva e explorar novos tópicos, inclusive aqueles perante os quais tem mostrado até agora [...] uma timidez excessiva”<sup>31</sup>.

É exatamente no sentido desta contribuição que desde a década de 1960 persisto em que a questão central da teoria e da ação social é a fonte de referência que o indivíduo, parceiros, associados, grupo, comunidade, rede, movimento e organização utiliza para a decisão comunicativa, que é sempre e apenas política, uma vez que sua ação é definida pelos valores nos quais ele se referencia, consciente ou inconscientemente. Portanto do domínio do que ocorre em seu *território mental*. ■

**25** RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

**26** Refiro-me ao conceito como definido a partir do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2002, e desde então em discussão. Por exemplo ver <<http://diplonarede.org.br/tudo-num-espaco/o-que-e-comunicacao-compartilhada>> que ao estimular a discussão on line deste conceito inspirou-me a desenvolver o argumento deste artigo, que eu vinha escrevendo para a revista Democracia Viva do Ibase por convite de Ana Cristina Bittencourt, que honrou-me ao ser minha aluna da 5ª edição do curso de extensão JPPS-Jornalismo de Políticas Públicas Sociais, que coordeno.

**27** Refiro-me aqui à palestra dada por Faustini na Reunião Mensal do Programa de Pós-doutorado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea-PACC-Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, realizada no dia 30 de abril de 2009, quando tratamos dos temas “Aproximações na Compreensão do Território usado Enquanto Categoria de Análise Social”, por Anita Burth Kurka, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP; “Violência, Medo e Estigma: efeitos sócio-espaciais da ‘atualização’ do ‘mito da marginalidade’ no Rio de Janeiro”, por Fernando Lannes, Doutor em Geografia Urbana pela UFRJ e Coordenador Adjunto do Observatório de Favelas, na Maré; e “A Linguagem e a Vida São uma Coisa Só: Estratégias Estéticas de Circulação na Cidade”, por Marcus Vinicius Faustini, Cineasta, Diretor Teatral e Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu/RJ.

**28** Como Secretário de Cultura e Turismo de Nova Iguaçu, ele tem se mostrado inovador. Recorro a Kari Palonen em seu estudo sobre Tempos da política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual quando afirma que “políticos conceitualmente inovadores são aqueles que usam essa falta de controle no uso dos conceitos a seu favor e que gostam de brincar com as ambiguidades das palavras e detectam novas dimensões e importância em conceitos já existentes”. In VER FERES JÚNIOR, João & JASMIN, Marcelo (orgs.). História dos conceitos: diálogos transatlânticos. Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007. pp41-42

**29** ORTIZ, Renato. Octávio Ianni: a ironia apaixonada. Sociologias, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 319-328 <http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a14n20.pdf>

**30** HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Loyola, 1989.

**31** EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003. p. 297